



**Abreu:**advogados  
**Recuperação  
& resiliência**

Strategic insights for People&Business

Plano de Recuperação e Resiliência:  
**Portugal Outlook**



## **: O futuro já começou**

16,6 mil milhões de euros.

Este é o valor total do financiamento previsto na versão final do Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal, entregue no final do mês de Abril à Comissão Europeia. Uma oportunidade única para as empresas nacionais, numa altura em que procuram, ainda em plena pandemia, revitalizar os seus negócios e estabilizar os seus rendimentos.

Portugal foi o primeiro país da União Europeia a concluir o seu Plano, num processo que começou ainda no ano passado, em outubro, com a apresentação da primeira versão do documento, tendo por base a “Visão Estratégica para o plano de recuperação económica de Portugal 2020-2030” desenvolvida por António Costa Silva. Desde então, o PRR foi consolidado e alvo de várias atualizações, não só no que diz respeito aos projetos prioritários nele enunciados, mas também quanto aos montantes disponibilizados em cada uma das suas três dimensões estruturantes - Resiliência, Transição Climática e Transição Digital. Os ajustamentos verificados resultam quer da necessidade de adequar o Plano ao Regulamento que criou o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, adotado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho em fevereiro de 2021, quer da vontade de incorporar conclusões decorrentes da consulta pública entretanto realizada e que motivou a participação da sociedade civil, tendo contado com contributos relevantes de diversos interessados. O debate, que de certo modo ainda decorre, quanto às suas opções e prioridades, traduz a dimensão e a importância que o Plano de Recuperação e Resiliência tem vindo a assumir.





A expectativa criada em seu redor resulta, não só do seu relevante envelope financeiro, mas também dos quatro grandes objetivos a que se propõe e que são facilmente identificáveis a partir da sua análise. O primeiro passa por uma resposta tão imediata quanto abrangente e transversal à pandemia de Covid-19, cuja severidade e forte impacto nas economias e sociedades europeias levou a Comissão Europeia a propor o instrumento temporário de recuperação *NextGenerationEU*, uma solução coletiva e concertada, sufragado, ainda que com alterações, pelo Conselho Europeu de julho de 2020. Depois, numa perspetiva mais concreta, o PRR ambiciona tornar o país mais resiliente, atenuando as desigualdades sociais e preparando-o para futuras crises, e assume o compromisso de contribuir para atingir as metas climáticas europeias avançadas pelo *European Green Deal* e entretanto confirmadas pela Lei Europeia do Clima, para atingir as metas climáticas, através de uma forte aposta em projetos transversais aptos a contribuir para a promoção da sustentabilidade em cada um dos Estados. Por fim, há um olhar profundo sobre a importância da digitalização, como instrumento fundamental para o desenvolvimento da economia, contribuindo para a desmaterialização de aprendizagens, transações e processos.

Com a submissão do Plano de Recuperação e Resiliência e a respetiva aprovação esperada para o verão deste ano, é importante assegurar o aproveitamento e a execução dos montantes alocados e promover a maximização das oportunidades por parte das empresas nacionais. Nesse sentido, a Abreu Advogados preparou o documento "Plano Recuperação e Resiliência: Portugal Outlook", com o essencial das mais de 300 páginas do PRR. Uma análise completa às prioridades e aos projetos de cada eixo estratégico, acompanhado por comentários da equipa da Abreu Advogados que explicam e ajudam a interpretar as principais áreas do documento.

O futuro já começou. Conte connosco para o acompanhar neste percurso. Pode seguir a informação atualizada no nosso site e nas nossas redes sociais.



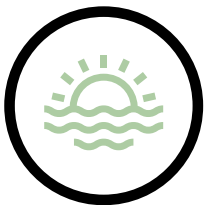


# : Índice



## **Resiliência**

pág. 10



## **Transição climática**

pág. 20



## **Transição digital**

pág. 28



## **Governança Implementação Impacto macroeconómico**

pág. 35



# : Calendário





## • Visão global



O Conselho Europeu criou o *Next Generation EU*, um instrumento temporário de recuperação, a partir do qual se desenvolve o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, onde se enquadram os Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) nacionais.

A combinação dos fundos europeus do *Next Generation EU* e do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 permitirá a Portugal aceder a um volume de cerca de 50 mil milhões de euros (M€) no período de 2021 a 2029, considerando apenas as subvenções.

O PRR português é de aplicação nacional, tem um período de execução até 2026, e visa pôr em prática um conjunto de reformas e de investimentos destinados a permitir que Portugal retome o crescimento económico sustentado, reforçando o objetivo de convergência com a União Europeia.

Será financiado por recursos totais de 16,6 mil M€, distribuídos por cerca de 14 mil M€ de subvenções e 2,7 mil M€ de empréstimos.

O recurso adicional a um montante máximo de 2,3 mil M€ de empréstimos será reavaliado até 2022 em função do nível da procura gerada no PRR em medidas de apoio às empresas, designadamente no domínio da Capitalização e Inovação Empresarial e em função da dinâmica das finanças públicas.

O PRR está enquadrado pela Estratégia 2030, referencial estratégico nacional, que identifica bloqueios e estratégias em Portugal, visando ultrapassá-los numa década, e faz parte do maior pacote de medidas de estímulo alguma vez financiado pela União Europeia.



## **: Visão global**

Com recurso ao PRR, as empresas poderão prosseguir os seus negócios e ultrapassar mais facilmente os desafios resultantes da pandemia, contribuindo para que o país venha a tornar-se mais verde, mais digital e mais resiliente como é seu propósito.

Existem três dimensões estruturantes onde se integram 20 componentes num total de 37 reformas e 83 Investimentos.

### **Montante global**

16.644 M€

### **Subvenções (fundo perdido)**

13 944 M€ (84%)

+

### **Empréstimos**

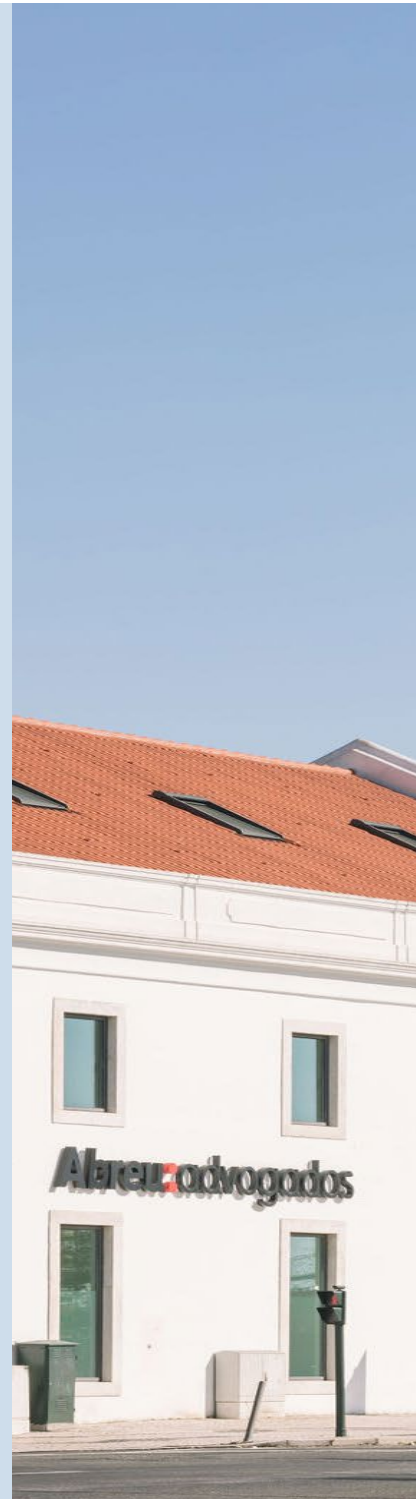
2.700 M€ (16%)

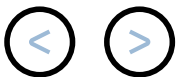
### **Pré-financiamento**

Foi manifestado à Comissão Europeia o desejo português de mobilização do pré-financiamento de 13% do montante global do PRR para criação das condições necessárias para a aplicação atempada das suas medidas e garantia da liquidez adequada para o seu funcionamento como instrumento de resposta à crise.

### **Empréstimos adicionais**

Possibilidade de recurso adicional a 2.300 M€ a solicitar à Comissão Europeia até 2022.





# • Pontos-chave

## Prioridade à dupla transição

O PRR orienta-se pelas estratégias e políticas nacionais, inserido no quadro de resposta europeia e alinhado com as prioridades da UE quanto às transições climática e digital.

Estas prioridades são assumidas como os principais motores para a recuperação económica e social do conjunto da economia europeia e nacional.

## No mínimo 37% para combate às alterações climáticas e 20% para a transição digital

O PRR salienta o cumprimento dos limiares europeus de 37% do seu investimento global com afetação a objetivos de transição climática, atingindo os 38% (6.340 M€), e de 20% do seu investimento global com afetação a objetivos de transição digital, atingindo os 22% (3.719M€).

Adicionalmente, garante que todas as reformas e investimentos respeitam o princípio de não prejudicar significativamente os objetivos ambientais.

## Alinhamento com seis pilares das políticas da União Europeia

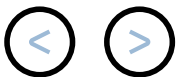
- **Transição verde**
- **Transformação digital**
- **Crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, e um mercado único em bom funcionamento com PME fortes**
- **Coesão social e territorial**
- **Saúde e resiliência económica, social e institucional, aumento da capacidade de reação e preparação para crises**
- **Políticas para a próxima geração, crianças e jovens, incluindo educação e qualificações**

## Cooperação entre países

O PRR inclui projetos que envolvem a cooperação com Espanha.







Inês Sequeira Mendes  
Sócia

## Fundos Europeus

O Plano de Recuperação e Resiliência, à semelhança do Portugal 2020 ou do Portugal 2030, tem um papel muito relevante na dinamização da economia e no desenvolvimento de oportunidades para o crescimento das empresas e criação de emprego. Para o seu sucesso, é necessário apostar num trabalho cuidadoso de identificação de prioridades e de projetos que lhes deem corpo e tragam retorno para a economia e para a sociedade, e de preparação das respetivas candidaturas; assim como numa maior aproximação entre interessados

e organismos envolvidos, nomeadamente através da simplificação dos processos. Sem esta proximidade e este acompanhamento, também jurídico, será mais difícil conhecer atempadamente as soluções disponíveis, bem como saber o que fazer e como fazer. Proximidade, conhecimento e rapidez são, por isso, absolutamente essenciais para o PRR porque os seus compromissos terão de ser assumidos até 2023 e todas as despesas executadas até 2026. A qualidade da execução terá de andar lado a lado com o seu bom ritmo e uma não existirá sem a outra.



**Resiliência**





# Resiliência

## Componentes e investimentos

C1 - Serviço Nacional de Saúde	1.383 M€
C2 - Habitação	2.733 M€
C3 - Respostas Sociais	833 M€
C4 - Cultura	243 M€
C5 - Capitalização e Inovação Empresarial	2.914 M€
C6 - Qualificações e Competências	1.324 M€
C7 - Infraestruturas	690 M€
C8 - Florestas	615 M€
C9 - Gestão Hídrica	390 M€
<b>Total</b>	<b>11.125 M€</b>





# Resiliência

## Prioridades

- Redução das vulnerabilidades sociais, direcionando a ação para as pessoas e suas competências
- Reforço do potencial produtivo nacional, procurando garantir condições de sustentabilidade e competitividade ao tecido empresarial
- Assegurar um território simultaneamente competitivo e coeso num contexto de adaptação às transições climática e digital

## Resultados pretendidos

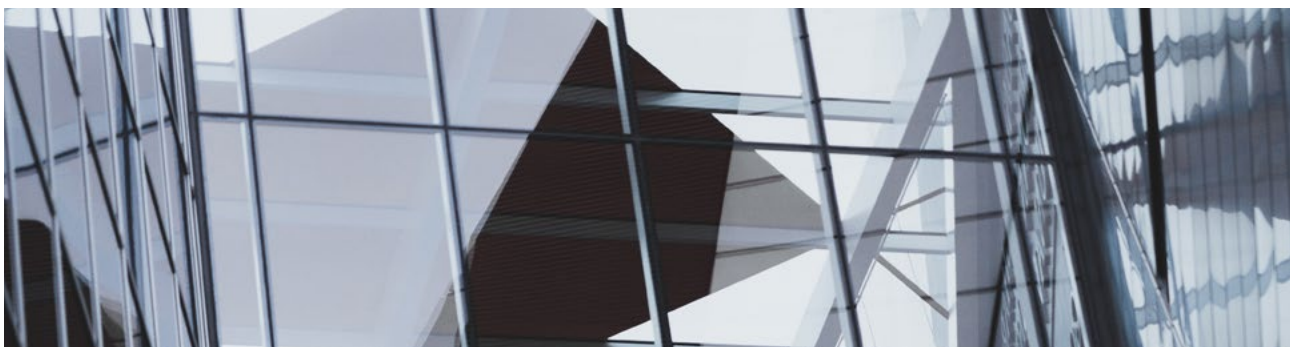
- Dotar todas as Unidades de Saúde Familiar e Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados com gabinetes de medicina dentária e equipamentos (saco de emergência, desfibrilhador e monitor de sinais vitais) para resposta qualificada em emergência (suporte básico de vida)
- Alargar a Rede Nacional de Cuidados Paliativos com 10 Equipas Comunitárias de Suporte em Cuidados Paliativos (ECSCP): mais 1.000 lugares/ 10 equipas até ao 4.º trimestre de 2022
- Construir 96 novas unidades/polos de saúde para substituir edifícios desadequados
- Apoiar 26 mil agregados familiares com habitação digna
- Alargar a rede de equipamentos e respostas sociais ao nível da infância, pessoas idosas e pessoas com deficiência ou incapacidades (28.000 lugares em respostas sociais intervencionadas)
- Contribuir para o aumento do valor das exportações de bens e serviços e, particularmente, para o objetivo de atingir o volume de exportações equivalente a 50% do PIB até 2027 e 53% do PIB até 2030, tendo enfoque no aumento da balança tecnológica de pagamentos

**60%** do montante global do PRR

**9** componentes

**22** reformas

**49** investimentos





# Resiliência

- Apoiar a criação de instrumentos financeiros de apoio às empresas, na pluralidade de fases em que se encontram. A este respeito, espera-se capitalizar e suportar na fase de retoma económica mais de 1.000 empresas
- Aumentar o salário mínimo nacional para 750 euros até ao 4.º trimestre de 2023
- Apoiar a criação de 30.000 contratos de trabalho sem termo, visando dar resposta ágil e reforçada aos desempregados, em especial aos jovens ou ao sexo sub-representado na profissão e, simultaneamente, promover uma mudança de paradigma na criação de emprego que concorra para mitigar a segmentação do mercado de trabalho português
- Criar 15.000 novos postos de trabalho qualificado com as agendas mobilizadoras, em associação com o aumento da despesa (pública e privada) em I&D para pelo menos 2% do PIB até 2025
- Apoiar 10 mil estudantes em cursos de ensino superior em áreas de ciência, tecnologia, engenharia, artes/ humanidades e matemática, assim como criar pelo menos dez escolas de pós-graduação em articulação entre as instituições de ensino superior e empregadores públicos e privados
- Disponibilizar mais 15 mil camas para estudantes do ensino superior



**Os projetos de formação profissional dirigidos a todas as idades que permitam aumentar as competências técnicas e promover o emprego e o acesso a novas oportunidades são instrumentos fundamentais no pilar de Resiliência.**



# Resiliência

## C1 - Serviço Nacional de Saúde

Reforçar a capacidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS) (1.383 M€).

### Reformas

- Reforma dos Cuidados de Saúde Primários
- Reforma da Saúde Mental
- Conclusão da reforma do modelo de governação dos hospitais públicos

### Investimentos

Cuidados de Saúde Primários com mais respostas	467 M€
Rede Nacional de Cuidados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos	205 M€
Conclusão da Reforma da Saúde Mental e da Implementação da Estratégia para as Demências	88 M€
Equipamento dos Hospitais do Seixal, Sintra e Lisboa	180 M€
Fortalecimento do Serviço Regional de Saúde da RAM	89 M€
Transição digital na Saúde	300 M€
Digitalização na área da Saúde da RAM	15 M€
Hospital Digital RAA	30 M€
Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa	10 M€



**Manuel Durães Rocha**  
Sócio

### Saúde

O PRR que se espera ver aprovado e começar a ser implementado em Portugal a partir deste Verão, é suscetível de contribuir fortemente para a melhoria das estruturas públicas da saúde em Portugal. Todavia, parece não apresentar uma estratégia para o futuro e designadamente para o papel importante da coordenação eficiente entre os sistemas público, privado e social, para proporcionar respostas mais eficazes e rápida resposta aos problemas de saúde das pessoas. A coordenação eficiente entre esses sistemas é essencial para responder de modo mais eficaz aos desafios que são representados pelo

custo elevadíssimo dos investimentos em infraestruturas modernas e digitalização, em equipamentos médicos altamente tecnológicos e pelo aumento das necessidades e despesas de saúde decorrentes do acréscimo da esperança de vida e envelhecimento da população portuguesa.



# Resiliência

## C2 – Habitação

Relançar e reorientar a política de habitação e dar respostas às carências estruturais permanentes ou temporárias (2.733 M€).

### Reformas

- Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário

### Investimentos

Programa de Apoio ao Acesso à Habitação	1.211 M€
Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário	176 M€
Reforço da oferta de habitação apoiada na RAM	136 M€
Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da RAA	60 M€
Parque público de habitação a custos acessíveis (Empréstimo)	775 M€
Alojamento Estudantil a custos acessíveis (Empréstimo)	375 M€

## C3 - Respostas Sociais

Reforçar, requalificar e inovar as respostas sociais dirigidas às crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidade e famílias, (833M€).

### Reformas

- Reforma dos equipamentos e respostas sociais
- Estratégia Nacional para a inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025
- Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030
- Contratualização de Programas integrados de Apoio às Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas

### Investimentos

Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais	417 M€
Acessibilidades 360º	45 M€
Fortalecimento das Respostas Sociais na RAAM	83 M€
Implementação da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio Social na RAA	35 M€
Plataforma + Acesso	3 M€
Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas	250 M€



# Resiliência

## C4 - Cultura

Valorização do Património Cultural enquanto fator de identidade, coesão social, conhecimento, desenvolvimento, educação, turismo e economia (250M€).

### Investimentos

Redes Culturais e Transição Digital	93 M€
Património Cultural	150 M€



## Cultura

A pandemia teve um impacto brutal nas atividades culturais e artísticas. Assim, o Plano de Recuperação e Resiliência deveria ter uma abordagem mais específica e concertada para o setor, com propostas concretas de recuperação da cultura, promovendo e estimulando meios diferentes de educação artística, bem como de divulgação e promoção das atividades culturais e artísticas.

**César Bessa Monteiro Jr**

Sócio





# Resiliência

Reforço do potencial produtivo

## C5 - Capitalização e Inovação Empresarial

Aumentar a competitividade e a resiliência da economia portuguesa com base em I&D, inovação, diversificação e especialização da estrutura produtiva.

### Reformas

- Promoção da I&D&I e do investimento inovador nas empresas
- Criação e desenvolvimento do Banco Português de Fomento
- Alargamento e Consolidação da Rede de Instituições de interface
- Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria
- Desenvolvimento do mercado de capitais e promoção da capitalização das empresas não financeiras

### Investimentos

Agendas/Alianças mobilizadoras de reindustrialização	558 M€
Agendas/Alianças verdes para a reindustrialização	372 M€
Missão Interface renovação da rede de suporte C&T e orientação para tecido produtivo	186 M€
Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria	93 M€
Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores"	32 M€
Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores	125 M€
Relançamento Económico da Agricultura Açoriana	30 M€
Capitalização de empresas e resiliência financeira / Banco Português de Fomento (empréstimo)	1.550 M€
Possibilidade de recurso adicional a empréstimos no valor até 2.300 M€ a alocar à Capitalização de Empresas e Agendas/Alianças Mobilizadoras	



Ana Sofia Batista  
Sócia

### Capitalização das Empresas

As quebras na faturação provocadas pela pandemia, as condições pouco favoráveis de financiamento bancário e a aproximação do final das moratórias de crédito têm vindo a colocar muitas empresas numa situação de maior vulnerabilidade. A sua capitalização assume-se, por isso, como uma medida fundamental para, por um lado garantir a sua sobrevivência, e, por outro, alargar a sua competitividade nos mercados interno e externo. O PRR prevê investimentos diretos e indiretos de apoios dedicados às empresas, cuja distribuição transversal e concertada pelos vários setores do tecido empresarial português é importante para atingir a capitalização, o aumento da competitividade e a resiliência financeira.



# Resiliência

## C6 - Qualificações e Competências

Aumentar a capacidade de resposta do sistema educativo e formativo, combater as desigualdades sociais e de género, aumentar a resiliência do emprego (1.324 M€).

### Reformas

- Reforma do ensino e da Formação Profissional
- Reforma da cooperação entre Ensino Superior e Administração Pública e as Empresas
- Redução das Restrições nas Profissões Altamente Reguladas
- Agenda de promoção do trabalho digno
- Combate à desigualdade entre mulheres e homens

### Investimentos

Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional	710 M€
Compromisso Emprego Sustentável	230 M€
Incentivo Adultos	225 M€
Impulso Jovens STEAM	130 M€
Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida na RAA	29 M€



Francisco Patrício  
Sócio

## Reestruturação e Insolvência

A solvabilidade das empresas portuguesas tem sido ameaçada pela redução significativa, nalguns sectores chave da economia portuguesa, do volume de negócios no último ano. Instrumentos jurídicos como o RERE, o PER ou o recém-criado PEVE têm sido importantes na sobrevivência e reestruturação de algumas organizações. No entanto, numa altura em que o risco de insolvência em geral aumenta, é necessária uma intervenção legislativa muito mais profunda e integrada nesta área.

Por outro lado, o PRR e o investimento nele previsto, se bem aproveitados, serão um importante catalisador da recuperação do tecido empresarial português, tornando-o mais resiliente e preparado para os desafios do futuro.



# Resiliência

## Território coeso e competitivo

### C7 - Infraestruturas

Reforçar a resiliência e a coesão territorial, aumentar a competitividade do tecido produtivo e contribuir para a redução dos custos de contexto (690 M€).

#### Investimentos

Alargamento da rede de carregamento de veículos elétricos (não suportado financeiramente pelo PRR)	0 M€
Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE)	110 M€
Missing links e aumento de capacidade da rede	313 M€
Ligações transfronteiriças	65 M€
Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Acessibilidades Rodoviárias	142 M€
Circuitos logísticos Rede Viária Regional dos Açores	60 M€





# Resiliência

## C8 - Florestas

Desenvolver uma resposta estrutural na prevenção e combate de incêndios rurais com impacto ao nível da resiliência, sustentabilidade e coesão territorial (615 M€).

### Reformas

- Transformação da paisagem dos territórios de floresta vulneráveis
- Reorganização do sistema de cadastro da propriedade rústica e do Sistema de monitorização de ocupação do solo
- Prevenção e combate de fogos rurais

### Investimentos

Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis	270 M€
Cadastro da Propriedade Rústica e Sistemas de Monitorização da Ocupação do Solo	86 M€
Faixas de Gestão de Combustível rede primária	120 M€
Meios de prevenção e combate a incêndios rurais	89 M€
Programa MAIS Floresta - Gestão e prevenção de riscos e reforço da capacidade dos agentes de proteção civil	50 M€

## C9 - Gestão Hídrica

Mitigar a escassez hídrica e assegurar a resiliência dos territórios do Algarve, Alentejo e Madeira aos episódios de seca (390 M€).

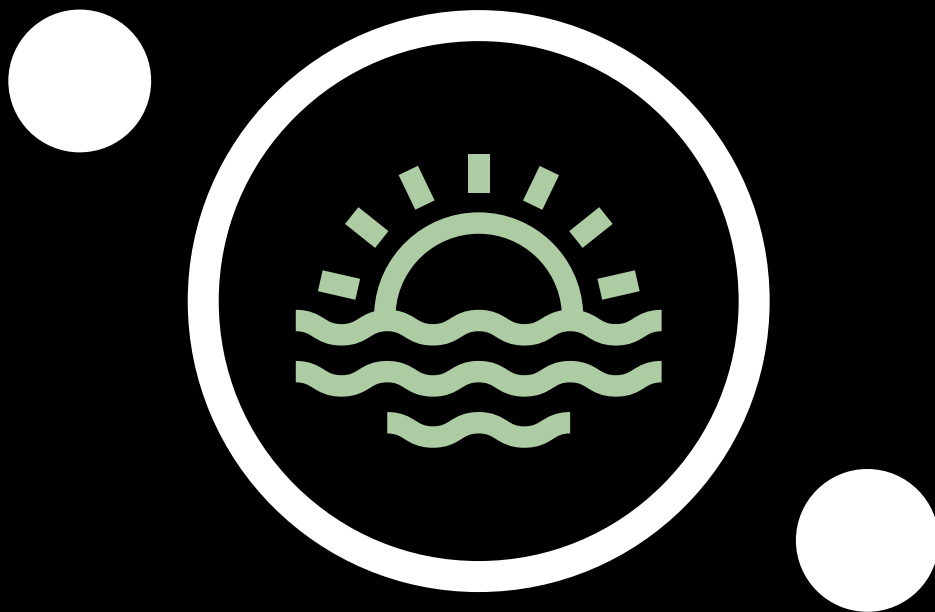
### Reformas

- Gestão integrada e circular dos recursos hídricos em situações de escassez

### Investimentos

Plano regional de eficiência hídrica do Algarve	200 M€
Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato	120 M€
Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio da RAM	70 M€





# Transição climática





# • Transição Climática

## Componentes e Montantes

C10 - Mar	252 M€
C11 - Descarbonização da Indústria	715 M€
C12 - Bioeconomia Sustentável	145 M€
C13 - Eficiência Energética dos Edifícios	610 M€
C14 - Hidrogénio e Renováveis	370 M€
C15 - Mobilidade Sustentável	967 M€
<b>Total</b>	<b>3.059 M€</b>





# Transição climática

## Prioridades

- Redução de emissões de gases com efeito de estufa entre 45% e 55% até 2030, em relação a 2005
- Incorporação de 47% de fontes de energia renovável no consumo final bruto de energia
- Aposta na eficiência energética traduzida na redução de 35% de energia primária

## Resultados pretendidos

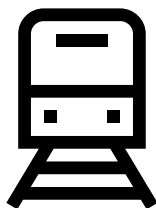
- Apoiar aquisição de frotas de transportes públicos limpos (145 autocarros) e respetivos postos de carregamento/abastecimento
- Contribuir para a redução das emissões de CO2 em 55% até 2030, de acordo com o Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030) e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica
- Atribuir 100 mil vales para apoiar soluções energéticas eficientes a famílias em situação de pobreza energética

**18%** do montante global do PRR

**6** componentes

**8** reformas

**17** investimentos



Portugal era, no final de 2020, o país da União Europeia mais próximo de atingir as metas climáticas de redução de emissões até 2030, de acordo com um relatório da Comissão Europeia. A promoção da utilização de tecnologias limpas duradouras e da eficiência energética nos edifícios são mais-valias nos projetos candidatos ao PRR.

# Transição climática

## C10 - Mar

Desenvolver uma economia do mar mais competitiva, mais empreendedora, mais coesa, mais inclusiva, mais digital e mais sustentável.

### Reformas

- Reforma do Ecosistema de Infraestruturas de Suporte à Economia Azul

### Investimentos

Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul	87 M€
Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas	21 M€
Centro de operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval	112 M€
Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores"	32 M€



Guilherme Santos Silva  
Sócio

## Mar

Depois do renascimento do interesse sobre o tema do Mar Português, era natural (e fundamental) que o PRR dedicasse atenção (e correspondente aplicação de fundos) à economia azul. Através do anunciado Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul, espera-se que se possa atuar junto das estruturas

estatais, desburocratizando processos e dotando-as de organização e equipamentos que lhe permitam ser um acelerador da economia azul e não, como até aqui, um travão para quem tem iniciativas. Já o "Cluster do Mar", uma concentração de Hubs azuis, devidamente enquadrados num ambiente regulatório claro e eficaz, terá nestes fundos uma excelente oportunidade de realização.





# Transição climática

## C11 - Descarbonização da Indústria

Descarbonização da indústria e mudança de paradigma na utilização dos recursos, para acelerar a transição para a neutralidade carbónica (715 M€).

### Reformas

- Descarbonização da Indústria

### Investimentos

Descarbonização da Indústria	715 M€
------------------------------	--------

## Descarbonização

O caminho para o *net-zero* 2050 é não só inevitável como deve ser uma prioridade de topo para a recuperação e a resiliência nacional. A grande fatia alocada à descarbonização no PRR é um bom sinal, mas parece ser mais focada na adaptação da estrutura produtiva nacional e no reforço da autossustentabilidade energética por via das renováveis, sendo igualmente necessário não esquecermos os restantes fatores favoráveis e endógenos da nossa realidade, como sejam as florestas, o solo e o mar, que necessitam de fortes estímulos para a sua melhor gestão e integração nas novas cadeias de valor.



Manuel Andrade Neves  
Sócio



# Transição climática

## C12 - Bioeconomia Sustentável

Acelerar a produção de produtos de alto valor acrescentado a partir de recursos biológicos, promover a transição climática e o uso sustentável e eficiente de recursos (145 M€).

### Reformas

- Bioeconomia Sustentável

### Investimentos

Bioeconomia	150 M€
• Indústria do Têxtil e Vestuário (ITV)	
• Indústria do Calçado	
• Valorização da Resina Natural	

## C13 - Eficiência Energética em Edifícios

Reabilitação e eficiência energética, transição energética e climática, criação de emprego e resiliência nacional e social (610 M€).

### Reformas

- Estratégia de Longo Prazo para a Renovação de Edifícios
- Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública 2030 (ECO.AP 2030)
- Estratégia Nacional de longo prazo para o Combate à Pobreza Energética

### Investimentos

Eficiência energética em edifícios residenciais	300 M€
Eficiência energética em edifícios da Administração Pública central	240 M€
Eficiência energética em edifícios de serviços	70 M€



# Transição climática

## C14 - Hidrogénio e Renováveis

Promover a transição energética através do apoio às energias renováveis, com enfoque na produção de hidrogénio e de outros gases de origem renovável (370 M€).

### Reformas

- Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2)

### Investimentos

Hidrogénio e gases renováveis	185 M€
Potenciação da eletricidade renovável no arquipélago da Madeira	69 M€
Transição Energética nos Açores	116 M€



José Eduardo Martins  
Sócio

## Hidrogénio

Para atingir a neutralidade carbónica até 2050, é fundamental uma aposta concertada em varias fontes renováveis incluindo o hidrogénio que ainda caminha para a maturidade técnica e económica. Há uma importante mudança de paradigma que ainda está por fazer, nomeadamente

ao nível da transição energética e descarbonização para a qual em muito poderão contribuir os mais de 180 milhões de euros previstos no PRR para esta componente. É necessário criar condições para a produção de hidrogénio verde e, em paralelo, para a sempre anunciada e nunca concretizada economia circular nomeadamente contribuindo para a diversificação de consumos energéticos na indústria.



# Transição climática



Manuel Santos Vítor  
Sócio

## Energias Renováveis

A nível europeu, Portugal tem-se destacado nos últimos anos na produção de energias renováveis, com mais de metade da energia elétrica consumida em 2020 a ter origem em fontes renováveis. Os resultados de uma aposta consistente de sucessivos governos neste setor são muito positivos. O PRR vem reforçar essa aposta, sendo um dos seus pilares a transição energética, a substituição das energias fósseis por fontes de energias renováveis, a descarbonização da economia, pelo que é razoável antecipar o continuado desenvolvimento do setor pelo Governo e stakeholders. Apesar do muito que foi feito, a alteração sistemática e rápida das tecnologias vai certamente permitir identificar muitas novas oportunidades.





# Transição climática

## C15 – Mobilidade Sustentável

Assegurar o desenvolvimento de projetos com forte contributo para a melhoria dos sistemas de transporte coletivo (967 M€).

### Reformas

- Reforma do ecossistema dos transportes

### Investimentos

Expansão da Rede de Metro de Lisboa – Linha Vermelha até Alcântara	304 M€
Expansão da Rede de Metro do Porto – Casa da Música – Santo Ovídio	229 M€
Metro Ligeiro de Superfície Odivelas – Loures	250 M€
Linha BRT Boavista – Império	66 M€
Descarbonização dos Transportes Públicos	48 M€



Mafalda Teixeira de Abreu  
Sócia Contratada

## Transportes

Apesar da última versão do PRR entregue à Comissão Europeia ter reduzido em cerca de 140 milhões o investimento na rodovia, mantêm-se duas componentes importantes. Uma delas, em matéria de desenvolvimento de investimentos previstos no Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI2030) e na Estratégia Comum de Desenvolvimento Territorial (ECDT), com a promoção de

investimento em infraestruturas rodoviárias transfronteiriças e de ligação de zonas com atividade económica às redes principais (missing links), bem como em áreas de acolhimento empresarial, acrescida de intervenções pontuais na infraestrutura que contribuirão para uma coesão territorial transfronteiriça e para a dinamização da mobilidade nos territórios de baixa densidade. A esta componente alia-se o investimento na expansão das redes de metro nacionais e na descarbonização dos transportes públicos.



# Transição digital





# • Transição Digital

## Componentes e Montantes

C16 - Empresas 4.0	650 M€
C17 - Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas	406 M€
C18 - Justiça Económica e Ambiente de Negócios	267 M€
C19 - Administração Pública mais eficiente	578 M€
C20 - Escola Digital	559 M€
<b>Total</b>	<b>2.460 M€</b>





# Transição digital

## Prioridades

- Capacitação e inclusão digital das pessoas através da educação
- Formação em competências digitais e promoção da literacia digital
- Transformação digital do setor empresarial e digitalização do Estado, como alavanca de:
  - melhor qualidade e sustentabilidade das finanças públicas
  - um ambiente de negócios mais competitivo e indutor do investimento
  - uma Administração Pública mais próxima dos cidadãos e empresas, mais ágil e mais eficiente

## Resultados pretendidos

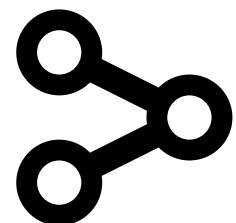
- Aquisição de 600.000 computadores de uso individual (alunos e professores)
- Formar 800.000 pessoas em competências digitais com planos de formação individual e acessos a formação online
- Promover a transição digital das empresas, requalificando 36.000 trabalhadores, apoiando mais de 530.000 PME através de consultoria e outros apoios de natureza financeira
- Estimular o empreendedorismo de base digital, através do apoio a *startups*, incubadoras e do reforço da *Startup Portugal*
- Promover a digitalização da administração pública, reforçando a interoperabilidade e facilitando o acesso aos serviços públicos, de forma particular à Saúde, Segurança Social, às finanças e à justiça, diminuindo de forma significativa os custos de contexto para cidadão e empresas
- Reforçar a qualificação e rejuvenescimento do quadro de recursos humanos da administração pública
- Promover o desenvolvimento de sistemas avançados de informação, integrando inteligência artificial e a utilização de formas de computação avançada em instalação em Portugal, estimulando a sua utilização pela administração pública e as empresas.

15% do montante global do PRR

5 componentes

7 reformas

17 investimentos



**A aposta na universalização do 5G e da fibra ótica em todas as regiões e agregados familiares do país, bem como, o desenvolvimento da tecnologia cloud em ambiente empresarial são fatores altamente valorizados no eixo estratégico da Transição Digital**





# Transição digital

## C16 - Empresas 4.0

Reforçar a digitalização das empresas de modo a recuperar o seu atraso face ao processo de transição digital (650 M€).

### Reformas

- Transição digital do tecido empresarial

### Investimentos

Capacitação Digital das Empresas	100 M€
Transição Digital das Empresas	450 M€
Catalização da Transição Digital das Empresas	100 M€

## C17 - Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas

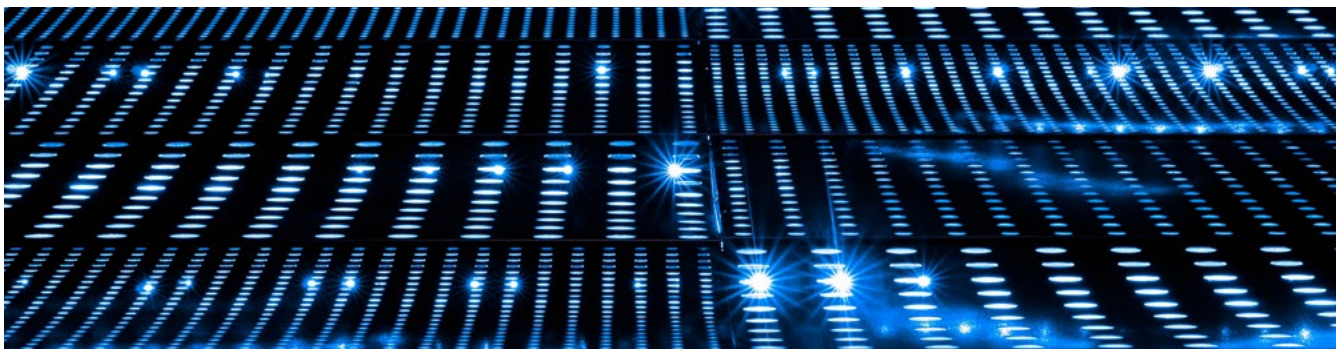
Aumentar a transparência na utilização dos recursos públicos, promover uma gestão integrada do património público e melhorar a atuação da segurança social (406 M€).

### Reformas

- Modernização e simplificação da Gestão Financeira Pública

### Investimentos

Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública	163 M€
Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária	43 M€
Transição digital da Segurança Social	200 M€





# Transição digital

## C18 - Justiça Económica e Ambiente de Negócios

Reduzir a carga administrativa e regulamentar sobre as empresas, através da redução de obstáculos setoriais ao licenciamento e aumentar a eficiência dos tribunais administrativos e fiscais (267 M€).

### Reformas

- Justiça Económica e Ambiente de Negócios

### Investimentos

Justiça Económica e Ambiente de Negócios	267 M€
--	--------

## C19 - Administração Pública: Capacitação, Digitalização e Interoperabilidade e Cibersegurança

Melhorar a relação dos serviços públicos com os cidadãos e as empresas, otimizar a gestão e libertar recursos para a promoção do investimento público (578 M€).

### Reformas

- Serviços públicos digitais, simples, inclusivos e seguros para os cidadãos e para as empresas
- Reforma funcional e orgânica da Administração Pública
- Administração Pública capacitada para criação de valor público

### Investimentos

Reformulação do Atendimento dos Serviços Públicos	188 M€
Serviços eletrónicos sustentáveis	70 M€
Reforço do quadro geral de cibersegurança	47 M€
Infraestruturas críticas digitais eficientes seguras e partilhadas	83 M€
Transição Digital da Administração Pública - RAM	78 M€
Modernização e Digitalização da Administração Pública Regional - RAA	25 M€
Capacitação da Administração	88 M€



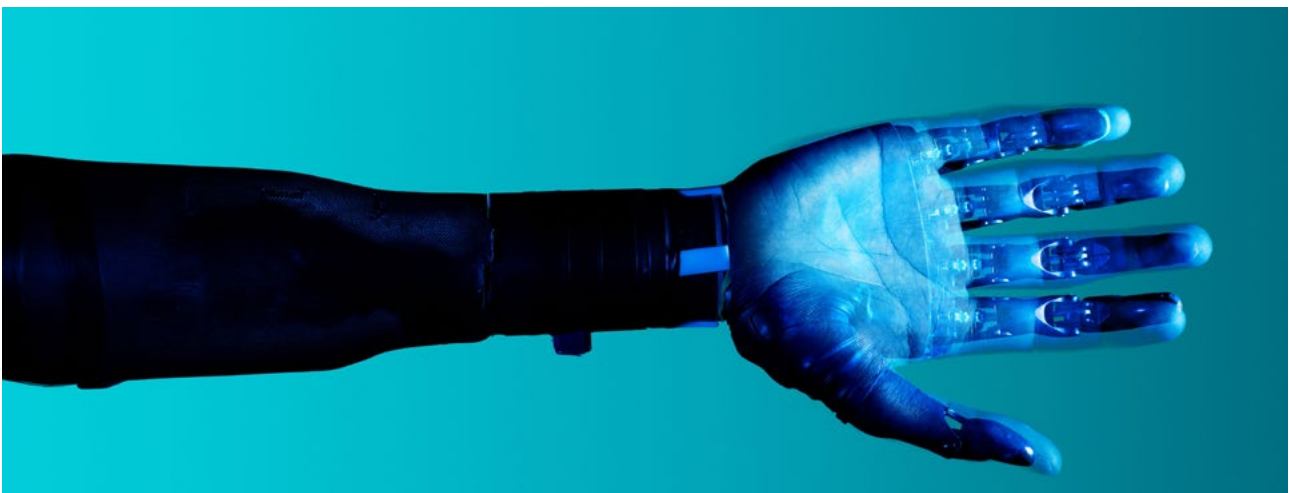
# • Transição digital



Ricardo Henriques  
Sócio

## Tecnologia e Economia Digital

Com a forte aposta que está a ser feita na digitalização da economia e das organizações, é necessário, em paralelo, desenvolver estratégias de cibersegurança de forma a manter as redes seguras, garantir que os sistemas permanecem resilientes contra violações e tomar várias medidas para proteger os dados e a sua integridade de ameaças cibernéticas. Esta é, de resto, uma área que tem tido uma crescente atividade regulatória, com a criação de importantes diplomas, como o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço.



# Transição digital

## C20 – Escola Digital

Aumentar a transparência na utilização dos recursos públicos, promover uma gestão integrada do património público e melhorar a atuação da segurança social (559 M€).

### Reformas

- Reforma para a educação digital

### Investimentos

Transição digital na Educação	500 M€
Educação digital nos Açores	38 M€
Programa de aceleração da digitalização da Educação na RAM	21 M€



António Pina  
Sócio

## Escola Digital

A digitalização do ensino vai além do investimento em equipamentos tecnológicos das escolas e dos alunos e deve passar também por uma estratégia concertada de literacia tecnológica, que permita um verdadeiro acesso universal à educação por via digital. Partindo desta base, poder-se-á evoluir

para uma fase com uma melhor interação entre alunos e professores nas aulas em ambiente remoto, com recurso a ferramentas de inteligência artificial e realidade aumentada, à semelhança do que já tem vindo a ser desenvolvido noutros países.



**Governança**  
**Implementação**  
**Impacto macroeconómico**





## Modelo de governação

### Quatro níveis de coordenação

- 1. Nível estratégico de coordenação política**, assegurado pela Comissão Interministerial do PRR, presidida pelo Primeiro-Ministro e composta pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia e da transição digital, dos negócios estrangeiros, da presidência, das finanças, do planeamento e do ambiente e da ação climática
- 2. Nível de acompanhamento**, assegurado pela Comissão Nacional de Acompanhamento, presidida por uma personalidade independente e personalidades de reconhecido mérito, e que integra um alargado conjunto de entidades do setor empresarial, da ciência e conhecimento, da área social e cooperativa, e dos territórios
- 3. Nível de coordenação técnica e de monitorização**, assegurado pela estrutura de missão «Recuperar Portugal», pela Agência de Desenvolvimento e Coesão, I. P. (Agência, I. P.) e pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças (GPEARl)
- 4. Nível de auditoria e controlo**, assegurado por uma Comissão de Auditoria e Controlo (CAC), presidida pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF) e que integra um representante da Agência, I.P. e uma personalidade com carreira de reconhecido mérito na área da auditoria e controlo, cooptada pelos restantes membros



### Implementação

Embora a gestão nacional do Plano de Recuperação seja centralizada, a implementação operacional das reformas e dos investimentos que corporizam o PRR será descentralizada ao nível adequado para garantir a sua integral execução, quer do ponto de vista financeiro, quer sobretudo no cumprimento dos marcos e das metas de realização e resultado.

A implementação das reformas e investimentos do PRR será objeto de contratualização entre a estrutura de missão «Recuperar Portugal» e os beneficiários diretos ou intermediários e entre estes últimos e os respetivos beneficiários finais.

Dos contratos, irá constar a identificação da informação a reportar sobre os marcos e as metas necessárias à monitorização do cumprimento dos objetivos das reformas e investimentos e o planeamento financeiro da sua execução, bem como das restantes obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2021/241 que estabelece o Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

### Previsão de impacto macroeconómico

Cada euro investido ao longo do período 2021-2026 no âmbito do PRR deverá traduzir-se num ganho acumulado mais de cinco vezes superior ao longo dos próximos 20 anos.





# • Governação

## Implementação

### Impacto macroeconómico



Ana Rita Duarte Campos  
Sócia Contratada

#### **Compliance**

Para que haja uma boa execução e utilização dos Fundos Europeus, designadamente do PRR, é essencial incrementar os níveis de controlo e de *compliance* ao longo das várias fases do processo, desde o período de candidaturas ao acompanhamento da execução e desenvolvimento dos projetos financiados. São processos que estão previstos no modelo de governação do PRR mas que necessitam de uma rigorosa implementação para que os níveis de confiança dos cidadãos e das empresas em relação aos procedimentos

de financiamento europeu possam sair reforçados. O maior acesso à informação e o reforço dos mecanismos de prevenção de conflitos de interesse e de monitorização de projetos são medidas essenciais para a concretização deste objetivo.

O instrumento Next GenerationEU e, em particular, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência visam promover uma maior coesão económica, social e territorial da União Europeia. O PRR, que decorre deles, reconhece que, na próxima década, em particular nos primeiros cinco anos, fluirão “meios numa dimensão sem precedentes para a modernização e o desenvolvimento económico e social do nosso país”: o sucesso dependerá do aproveitamento produtivo que for dado a esse fluxo. Se é certo que o PRR não servirá para tudo, também é verdade que as oportunidades existem.



João Vacas  
Consultor



# **Thinking about tomorrow?**

## Let's talk today.

**PRR@abreuadvogados.com**

Conte com a nossa experiência e conhecimento especializado.

A Abreu Advogados tem uma equipa multidisciplinar que estará a seu lado ao longo do novo quadro de financiamento europeu, com destaque para o Plano de Recuperação e Resiliência.

Uma equipa que integra advogados de diferentes áreas de prática, com conhecimento especializado nos principais setores de atividade preparada para o aconselhar e oferecer um acompanhamento personalizado na identificação e coordenação de projetos e na análise de retorno para o seu negócio.

**Agroalimentar**

**Ambiente e Alterações Climáticas**

**Arte e Entretenimento**

**Cibersegurança**

**Direito e Fundos Europeus**

**Energia**

**Ensino e Educação**

**Habitação**

**Infraestruturas e PPP**

**Mobilidade e Transportes**

**Propriedade Intelectual**

**Público e Ambiente**

**Saúde**

**Tecnologia e Economia Digital**

**Urbanismo e Smart Cities**



**ABREU ADVOGADOS**  
Recuperação & resiliência

[www.abreuadvogados.com](http://www.abreuadvogados.com)

**Abreu:advogados**  
**Recuperação**  
**& resiliência**

Strategic insights for People&Business